



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0012848-19.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Juliana Geraix**
Requerido: **Dell Computadores do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido "notebook" fabricado pela ré, o qual dentro do período de garantia começou a apresentar vícios.

Alegou ainda que manteve contato com a ré visando à solução do problema e acrescentou que depois disso em inúmeras outras situações agiu de igual modo sem que o produto voltasse a funcionar adequadamente.

A preliminar de incompetência do Juízo não merece acolhimento porque a realização de perícia é prescindível à solução da causa como adiante se verá.

Rejeito-a, pois.

No mérito, a compra da mercadoria em apreço está demonstrada a fl. 07, extraindo-se dos autos que a mesma apresentou diversos problemas de funcionamento ao longo do tempo.

Os documentos de fls. 08/09 atinam a dois atendimentos havidos em função disso, ao passo que o relato de fls. 03/06 descreve com riqueza de detalhes todos os contados mantidos pela autora com a ré buscando a solução desses problemas sem que isso se desse.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Teria a ré plenas condições para comprovar que esses contatos inexistiram, até porque foi instada especificamente a fazê-lo (fl. 70, item 1), mas silenciou a propósito.

A conclusão que se impõe em consequência é a de que o relato exordial corresponde à realidade, não tendo a ré amealhado dados concretos que se contrapusessem a ele.

Bem por isso, há que se reconhecer que o primeiro problema detectado (em abril p.p.) foi o de que o computador “apagava” e que apenas depois dos primeiros atendimentos a ré levou a cabo a troca de peças dele (no dia 08 de maio), o que demonstra que após a intervenção inicial ele não ficou com lentidão e travamento por conta de programas que possuía.

Reconhece-se também que posteriormente aconteceu uma nova troca de peças (em 24 de maio), ao que se seguiram diversos contatos por iniciativa da autora (que se prolongaram até julho) visando à troca do equipamento.

O quadro delineado evidencia que a situação posta se amolda à previsão do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

A autora por mais de uma vez aceitou o atendimento promovido pela ré e esta pode sanar os problemas do computador sem que o fizesse em trinta dias.

Nem se diga que esses problemas estariam limitados a “lentidão e travamento” e que isso ou derivaria de causas extrínsecas à ré ou não consistiria em vício do equipamento.

Como já salientado, a reclamação da autora teve início por outros motivos e após as queixas de que o computador estaria lento e travando foram trocadas peças em duas oportunidades, o que à evidência não sucederia se o contexto estabelecido pela ré fosse o correto.

Por outras palavras, a ré não efetuaria a troca de peças se não reconhecesse o vício na mercadoria e sua responsabilidade por ele, implementando a iniciativa com a finalidade de colocá-la em regular funcionamento.

Só que isso não aconteceu.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

A troca do produto é de rigor na forma do aludido preceito normativo e a autora ainda faz jus ao recebimento de indenização por danos morais que experimentou.

Isso porque ela teve dissabores de vulto (basta a leitura de fls. 03/06 para firmar convicção nessa direção) que foram muito além dos meros entresabores da vida cotidiana.

Sua frustração dispensa considerações a demonstrá-la e afetaria qualquer pessoa mediana que estivesse em sua condição como sói acontecer.

Já o valor da indenização será fixado de acordo com os critérios utilizados em situações afins.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Dessa forma, e à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Destaco, por oportuno, que essa soma aliada ao valor do produto transparece suficiente para a reparação de possíveis danos materiais suportados pela autora em virtude dos fatos noticiados.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora as quantias de R\$ 3.072,04, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2012 (época da compra do produto – fl. 07), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Implementado o pagamento, deverá a ré diligenciar a retomada do produto que se encontra na posse da autora no prazo de trinta dias; se não o fizer nesse período, poderá a autora dar a destinação ao bem que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 05 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA